



saiba mais:

Banco apresenta proposta e comando indica aprovação

A representação dos empregados da Caixa, formada pelo Comando Nacional dos Bancários e a Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa, voltaram a se reunir com o banco no dia 22/11 para a apresentação da proposta para o acordo coletivo específico sobre o Saúde Caixa.

A proposta mantém o percentual de contribuição dos titulares em 3,5% sobre a remuneração base, com valor fixo de R\$ 480 por dependente. Atendendo a uma reivindicação da representação dos empregados, a Caixa reduziu o teto de 10%, previsto na proposta anterior, para 7% por grupo familiar.

É importante destacar que o teto de 7% é um dos menores, em comparação com outras estatais (ver quadro abaixo).

Plano	Mensalidade	Coparticipação	Teto de coparticipação
Saúde Caixa (proposta)	3,5% da RB para o titular + R\$ 480,00 por dependente, limitada a 7% da RB	30% sobre os procedimentos, exceto internação e oncologia (isentos)	R\$ 3.600,00 anuais por grupo familiar
Postal Saúde	Entre 4,78% e 8,42% da remuneração para o titular Cônjuge e filhos: 60% e 35% da mensalidade do titular, respectivamente, sem limitação	30% sobre os procedimentos, exceto internação e oncologia	Ativos - 2 vezes a remuneração; aposentados - 3 vezes a remuneração
Cassi	4% da remuneração para o titular + percentual por dependentes, limitada a 7,5% da remuneração	30% sobre tabela geral, e 10% sobre diagnose e terapia	Limite de cobrança mensal de 1/24 da remuneração para diagnose e terapia
Saúde Petrobras	Tabela combinando faixa etária e renda para titular e dependentes, com cobrança totalmente individualizada e sem limitação	Entre 7% e 50% sobre consultas, exames e procedimentos ambulatoriais conforme a renda	Limite de cobrança mensal calculada conforme tabela, renda e lotação (marítimo e terrestre)
Eletros-Saúde	Tabela combinando faixa etária e renda para titular e dependentes, limitada a 15% da remuneração	Para consultas e exames, 15%; para internações, tabela fixa	R\$ 2.500,00

Déficit de 2023 e 2024

A Caixa projetou um déficit de R\$ 422 milhões para 2023. Sem negociação, o efeito do déficit poderia impor aos empregados o pagamento de 4,5 contribuições extraordinárias para recomposição. Com a negociação, o déficit será equacionado com as reservas técnicas e de contingência, com incremento da Caixa no valor de R\$ 177 milhões referente às despesas de pessoal retroativo a 2021. Isso também valerá para os anos seguintes. Com o recurso, ainda haverá uma sobra de R\$ 40 milhões para ajudar no déficit de 2024, estimado em R\$ 660 milhões.

Negociação permanente

O ACT vai prever a garantia de novas negociações caso haja déficits, alteração no teto estatutário do banco de 6,5% no custeio do plano ou outras mudanças que impactam o acordo coletivo.

Volta da Gipes e comitês de credenciamento

O ACT também vai estabelecer a volta dos Comitês Regionais de Credenciamento e Descredenciamento, com participação dos sindicatos, além da recriação das Gipes (Gerências de Filial de Gestão de Pessoas) já em 2024. Inicialmente serão 5 gerências, abrangendo diversos estados dentro de uma região. Serão recriadas as Repes, representações regionais vinculadas às Gipes, que atenderão os estados.

Ataques ao plano de saúde

Dezembro 2017

O Conselho de Administração da Caixa alterou o estatuto do banco incluindo um item que impõe a limitação de sua contribuição para a assistência à saúde dos empregados a 6,5% da folha de pagamento.

Janeiro de 2018

Governo edita resolução CGPAR 23, com determinações para empresas estatais reduzirem as despesas com os planos de saúde dos empregados. Entidades sindicais e associativas se mobilizaram contra a norma. Em setembro de 2021, o Senado aprovou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 342/2021, de autoria da deputada Erika Kokay (PT-DF), que suspendeu os efeitos da Resolução 23.

Junho de 2021

Direção da Caixa muda gestão do plano de saúde, que saiu da área de Gestão de Pessoas e passou a ser operacionalizada pela vice-presidência de Logística. Com isso, foram extintas as Gipes (filiais de gestão de pessoas), precarizando o atendimento aos usuários.



Impacto da CPC 33 para o Saúde Caixa

A resolução nº 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que trata da contabilização dos chamados benefícios pós emprego, como plano de saúde e previdência complementar, é uma das medidas de maior impacto ao Saúde Caixa.

A Caixa usou esta resolução como argumento para justificar o teto estatutário de 6,5% para limitar o custeio do plano.



saiba mais:



Assembleias

O Comando Nacional vai convocar assembleias para o dia 5 de dezembro. Até lá, sindicatos e entidades vão fazer esclarecimentos sobre as negociações e debate sobre a proposta com os empregados nas bases.

